

Sumário

Apresentação do Estudo	1
Capítulo I - Elementos condicionantes	
1. Da origem da sociedade.....	3
2. Regamentos anteriores à ordem constitucional	10
2.1. Pactos ingleses	12
2.2. <i>Pactum subjectionis</i>	12
2.3. Forais	13
2.4. Contrato de colonização	14
2.5. Leis fundamentais do reino.....	15
2.6. Contrato social	15
3. Movimento constitucionalista.....	16
3.1. Conceito de Constituição	17
3.1.1. Democracia como elemento da Constituição ..	21
3.1.1.1. Poder constituinte e poderes constituídos..	22
3.1.1.2. Assembleia Constituinte e Congresso Nacional	24

3.1.2. Concepções sobre o conceito de Constituição..	26
3.2. Constitucionalidade e inconstitucionalidade.....	32
3.2.1. Espécies de inconstitucionalidade	36
3.2.1.1. Inconstitucionalidade formal e material: uma exata compreensão sobre o tema.....	37
3.2.1.1.1. Inconstitucionalidade formal parcial ...	48
3.2.2. Formas de inconstitucionalidade.....	50
3.2.3. Extensão dos vícios de inconstitucionalidade..	53
3.2.4. Parâmetros de constitucionalidade	54
3.2.4.1. Espécies de normas-parâmetro	57
3.2.4.2. Bloco de constitucionalidade	58
3.2.5. Inconstitucionalidade e ilegalidade.....	59
3.2.6. Mutação constitucional: O trânsito para a inconstitucionalidade.....	60
3.2.7. Objeto do controle de constitucionalidade....	63
3.2.7.1. Características das normas-objeto	64
3.2.7.1.1. Normas revogadas ou com eficácia exaurida	68

Capítulo II - Elementos essenciais

1. Controle de Constitucionalidade.....	71
1.1. Elementos essenciais do sistema de controle de constitucionalidade.....	73
1.1.1. Constituição escrita	73
1.1.2. Rigidez constitucional.....	82
1.1.3. Órgão controlador	94
1.2. Formas de controle de constitucionalidade	102

1.2.1. Controle preventivo.....	102
1.2.2. Controle repressivo	104
1.3. Meios de controle de constitucionalidade	105
1.3.1. Controle difuso	105
1.3.1.1. Decisão sobre a constitucionalidade no controle difuso.....	106
1.3.2. Controle concentrado.....	107
1.3.2.1. Decisão sobre a constitucionalidade no controle concentrado	111
1.3.2.2. Transcendência dos fundamentos determi- nantes	112
1.3.2.3. Reapreciação da inconstitucionalidade de norma já declarada constitucional.....	115
1.3.2.4. Repristinação das normas revogadas por normas declaradas inconstitucionais ..	116

Capítulo III - Elementos aplicados

1. Participação do Poder Legislativo.....	119
1.1. Suspensão da execução de lei	120
1.2. Sustação do ato normativo.....	128
1.3. Rejeição de medida provisória.....	131
2. Participação do Poder Executivo	132
2.1. Veto jurídico.....	133
2.2. Suspensão do ato inconstitucional	134
3. Cláusula da Reserva de Plenário.....	136
3.1. Destinatário da regra	138
3.2. Incidência da regra.....	139

3.3. <i>Quorum</i> para aprovação	141
3.4. Efeitos da cláusula da reserva de plenário	141
3.5. Incidente de inconstitucionalidade	144
4. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade.....	148
4.1. Teoria da decisão constitutiva negativa	148
4.2. Teoria da decisão declaratória.....	149
4.3. Nossa opinião segundo a Constituição de 1988 ..	151
5. Espécies de decisões	155
5.1. Declaração de inconstitucionalidade com e sem redução de texto	156
6. Eficácia da decisão de inconstitucionalidade	159
7. ADIn por elevação de alçada.....	159
8. Controle de constitucionalidade especial	164
8.1. Inconstitucionalidade intervintiva	165
8.2. Omissão inconstitucional	166
8.3. Inconstitucionalidade por desrespeito de preceito fundamental	167
8.4. Constitucionalidade obscura.....	168
9. Princípios orientadores do processo de interpretação constitucional.....	169
9.1. Princípio da unidade da Constituição	170
9.2. Princípio do efeito integrador	170
9.3. Princípio da máxima efetividade	171
9.4. Princípio da justeza ou conformidade funcional..	172
9.5. Princípio da concordância prática ou da harmo- nização	172

9.6. Princípio da força normativa da Constituição	173
9.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	174
9.7.1. Presunção de constitucionalidade e tutela de urgência.....	174
9.7.2. Subprincípio da divisibilidade.....	175
9.8. Princípio da interpretação conforme à Constituição	175
9.9. Princípio da razoabilidade.....	176
9.10. Princípio da simetria com o centro	177

Capítulo IV - Aspectos polêmicos

1. O controle de constitucionalidade: o poder judiciário como legislador negativo e positivo na Constituição de 1988	179
2. Efeito vinculante e Poder Legislativo.....	186
2.1. Poder Legislativo e a declaração de constitucionalidade de norma.....	190
3. A (in)constitucionalidade da regra de modulação dos efeitos da decisão	191
Bibliografia	201